

PARA UMA AVALIAÇÃO DOS PERIÓDICOS BRASILEIROS DE EDUCAÇÃO

Tina Amado, Osmar Fávero e Walter Garcia

NOTA PRÉVIA

Neste texto são discutidas questões relativas aos principais periódicos brasileiros de Educação, atendendo à proposta da comissão organizadora do projeto Avaliação e Perspectiva da área da Educação no país (A&P), desenvolvido pela ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, para o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Este texto é de natureza preliminar, uma vez que uma análise mais detalhada só poderá ser realizada ao longo de pesquisa ainda à espera de financiamento. Participaram deste trabalho Tina Amado, Osmar Fávero e Walter Garcia. Feito a seis mãos, o texto apresenta inevitável irregularidade de tons, apesar dos esforços para uma certa padronização e para eliminar eventuais repetições ou superposição.

A primeira seção apresenta um panorama geral - um mapeamento - da produção educacional periódica da última década, destacando os periódicos correntes. A segunda seção discute as dificuldades de classificação dos periódicos, propondo uma tipologia dos títulos correntes para melhor caracterizá-los. A última seção agrupa comentários preliminares, arrolando algumas sugestões de propostas para o documento final de A&P.

MAPEAMENTO DOS PERIÓDICOS EDUCACIONAIS BRASILEIROS

Para avaliar os periódicos educacionais brasileiros é imprescindível adotar critérios para seleção de uma amostra, o que pressupõe, primeiro, a delimitação do campo - apoiando-se em bibliografia extremamente escassa. Trata-se de um universo bastante fluido, com variações quanto ao que seja um periódico "científico" e "em educação". A seleção da amostra parece poder seguir mais de um caminho: a partir da indicação de especialistas, da verificação do acervo de bibliotecas pertinentes, da contagem da frequência de citações

a artigos dos periódicos na literatura da área, da consulta a listas autorizadas montadas com critérios diversos, etc (1). Na área das Ciências Humanas, não localizamos estudo algum que tivesse verificado a importância de um periódico do ângulo do público leitor, isto é, levando em conta tiragem, frequência de citação ou, muito menos, frequência de consulta em bibliotecas. Os critérios privilegiam o ângulo da produção: a instituição editora, por sua especificidade declarada (em nosso caso, uma instituição com finalidade educativa expressa, p.ex., uma Faculdade de Educação) ou, em outros casos, o apoio financeiro ao periódico por parte de agências estatais; este último pressupõe aceitação tácita dos critérios estabelecidos pelas agências, nem sempre explicitados.

Em trabalho recente feito para a REDUC - Rede Latino-Americana de Informação e Documentação em Educação, realizou-se na Fundação Carlos Chagas (SP) um amplo levantamento dos periódicos em Educação no Brasil, arrolando-se 157 títulos num *Guia* (Amado, 1992) (2). Não se trata de uma avaliação, mas de uma tentativa de mapear o universo da produção de periódicos educacionais no país.

Além da ampla gama de acepções do termo educação (e a correspondente indefinição do campo), a equipe do *Guia* deparou-se com uma variedade de critérios, nas fontes consultadas, quanto ao que seria um "periódico em Educação". Seu ponto de partida foi o levantamento bibliométrico de periódicos em Educação realizado por Lídia Neri e Rubén Urbizagástequi Alvarado (1983), que listaram um total de 173 títulos tendo apresentado, durante o período 1978-80, artigos sobre Educação em suas páginas. Essa lista inclui periódicos de diversas áreas do conhecimento, arrolando muitos que haviam publicado dois ou mesmo um único artigo sobre o tema, ao longo dos três anos; alguns desses periódicos "de baixa produtividade", porém, na verdade eram especializados em Educação, devendo-se seu escasso número de artigos, provavelmente, ao fato de terem sido recém-lançados à época do levantamento e conterem, por vezes, um único artigo por número.

Em função do objetivo de seus autores - apontar o "núcleo" dos periódicos nacionais na área da Educação, onde se concentrariam os esforços de coleção e indexação do SIBE - Sistema Brasileiro de Informação Bibliográfica em Educação, então em implantação - o trabalho de Neri e Urbizagástequi (1983) indica, após meticulosa medição, os 41 periódicos "mais produtivos" na área.

Para sua listagem inicial, o *Guia* agregou a esses 41 outros oito (do restante da lista de 173) que, ou traziam menção expressa à educação no título, ou eram editados por entidades especializadas em Educação no país. Por sua vez,

essa lista de 49 títulos foi complementada e comparada com listas autorizadas, retiradas de publicações que indexam periódicos educacionais (do tipo *Sumários Correntes*) ou compiladas a partir do acervo de bibliotecas paulistas de reconhecida relevância no campo da Educação (3).

Nesse processo de consolidação foram se explicitando diferenças de critérios. A lista fornecida pelo CIBEC - Centro de Informações Bibliográficas em Educação, ligado ao INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/MEC, considera periódicos "em educação" títulos como as revistas brasileiras de Geografia ou História, por exemplo, sugerindo uma acepção ampla de "educação". Outra lista autorizada foi obtida do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, órgão governamental ligado ao CNPq, responsável pela centralização e padronização da informação em todos os campos do conhecimento científico no Brasil. Por dificuldades operacionais enfrentadas pelo IBICT à época da solicitação, quando sua lista de periódicos em Educação pôde ser fornecida à equipe do *Guia*, vários meses depois, esta já havia concluído a consolidação de sua própria lista de 157 títulos. A comparação entre as duas listas fornece pistas interessantes.

O *Guia* abrange periódicos nacionais com números publicados entre janeiro de 1980 e dezembro de 1991, correntes ou encerrados durante o período, e definiu como critério básico de inclusão todo periódico que possa interessar à pesquisa e estudo em Educação, entendida enquanto área do conhecimento e não em uma acepção ampla ("tudo que se refira à formação das gerações mais jovens", p. ex.). Incluíram-se, pois:

a) necessariamente, periódicos editados por unidades de educação de instituição de ensino superior, públicas ou privadas, ou de centros independentes (organizações não-governamentais) especializados em Educação;

b) periódicos editados por outro tipo de entidade (outras instituições de ensino, editoras comerciais, órgãos governamentais) que apresentam 40% ou mais de matérias sobre Educação (4) publicadas durante o período de abrangência.

A acepção restrita de "Educação" fez com que, por exemplo, publicações de divulgação científica dirigidas ao público leigo, embora sem dúvida de cunho educacional, não fossem incluídas. Por outro lado, uma acepção ampla do que seja um "estudioso em Educação", como público-alvo pré-definido, levou à inclusão no *Guia* de periódicos não necessariamente considerados científicos, como boletins ou revistas de divulgação voltados ao professor. Estes mesmos

pontos de partida levaram à inclusão de publicações secundárias (bibliografias, sumários) e terciárias (estatísticas educacionais etc.) sempre que fossem periódicas, não se incluindo no entanto as séries (5).

Do total de 157 títulos compilados no *Guia*, apenas 61 constam da listagem enviada pelo IBICT que, por sua vez, arrola 182 títulos de periódicos em Educação. São, pois, 121 os títulos indicados por esse Instituto que não constam do *Guia*. Destes, 70 correspondem a títulos anteriores de periódicos (em fases anteriores a 1980) ou periódicos encerrados antes de 1980, portanto escapando à abrangência temporal desse levantamento; cinco eram títulos de séries, evidenciando uma primeira disparidade de critérios (o IBICT arrola "publicações seriadas", incluindo por exemplo a série *Indicadores Sociais - Educação*, do IBGE, não considerada periódico pelo *Guia*); e outros 12 periódicos que, em vista do conteúdo indicado (pelo título, descritor atribuído pelo IBICT, ou editor), não se enquadram nos critérios de abrangência temática definidos pelo *Guia* (p.ex., *Boletim da Faculdade de Economia e Administração/USP*).

Restavam, pois, 34 títulos indicados pelo IBICT que não constavam do *Guia* (por não constarem das listas que lhe serviram de base nem das bibliotecas consultadas), mas que talvez se enquadrassem em seus critérios. Não sendo possível conferir a pertinência, o conteúdo, o estado da coleção etc., por falta de acesso a exemplares, a equipe do *Guia* optou por apresentar esses títulos (34) em uma Lista Complementar. Destes, quatro correspondem a revistas editadas pelas unidades educacionais das Universidades Federais da Bahia, Ceará e Paraná, e da Universidade Estadual de Maringá (PR). Ao lado de outros 12 editados por secretarias de educação ou outros órgãos de abrangência local, que devem ter circulação regional, não atingindo as bibliotecas paulistas, a maioria dos demais títulos referem-se a disciplinas específicas (Educação Física, Ensino Agrícola, Direito Educacional etc.) sendo portanto de circulação limitada, não atingindo senão bibliotecas especializadas nas respectivas áreas, o que não era o caso das bibliotecas pesquisadas.

Não foi possível efetuar o balanço inverso, isto é, verificar as razões de não-inclusão, na lista do IBICT, das 96 publicações listadas pelo *Guia* que não constam aí. Uma hipótese plausível é que essas publicações simplesmente não sejam enviadas a esse órgão centralizador da informação sobre publicações científicas no país que é o IBICT (o que apontaria para a necessidade de uma política mais agressiva de captação, por parte desse órgão). As tentativas de inferir possíveis critérios do IBICT de inclusão/exclusão de periódicos frustraram-se (6), inclusive pelo fato de a RBEP - *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, editada pelo INEP e uma das mais relevantes e tradicionais da área, não constar de sua listagem.

A não-superposição das diversas listas de periódicos em Educação e as disparidades de critérios encontradas levam inicialmente a duas reflexões. A primeira refere-se à fluidez de acepções do termo, que se estende à disciplina: é intrínseca à própria natureza da Educação, enquanto área do conhecimento científico, sua justa (senão super)-posição a quase todas as outras áreas (não cabendo aqui aprofundar essa questão, basta lembrar as licenciaturas instaladas nas Faculdades de Educação...). É "natural" (embora não desejável), pois, que educadores, pesquisadores, bibliotecários etc. tenham divergências no tocante à classificação da comunicação científica correspondente. Seria desejável que as instituições que editam publicações secundárias ou responsáveis por listas consideradas autorizadas explicitassem seus critérios de classificação, pelo menos para permitir o debate com vistas a um possível consenso futuro.

A outra reflexão volta-se à questão da circulação da informação veiculada pelos periódicos, bastante discutida na literatura (7) e, mais especificamente, da circulação dos periódicos em questão. A incongruência entre as diversas listas aparece ligada à precária distribuição dos periódicos: os vários Sumários de periódicos arrolam apenas os que chegam às bibliotecas das respectivas instituições editoras; a alimentação da base do IBICT (deduz-se do acima exposto) seria deficiente; a equipe do *Guia*, além dos títulos que desconhecia, indicados pelo IBICT, também tomou conhecimento de outros, editados no Rio de Janeiro, mas dos quais não conseguiu obter ou consultar, nas importantes bibliotecas paulistas, sequer um exemplar. Acrescem-se a essa dispersão as dificuldades de acesso do usuário potencial aos periódicos: escassa divulgação; ausência de informações no próprio periódico sobre assinatura ou outras formas de aquisição; condições de consulta restritas nas bibliotecas (horários limitados, fechamento de bibliotecas escolares nos períodos de férias, proibição - em alguns casos - de acesso direto a estantes para manuseio da coleção); além do já conhecido, mas não documentado, escasso hábito de consulta a artigos de periódicos por parte de estudantes e mesmo de pesquisadores.

Essas pistas levam a sugerir maior atenção, por parte de editoras e de agências financiadoras, à questão da circulação dos periódicos educacionais. O segundo Encontro Brasileiro de Revistas de Educação (1986) já reconhecia que "a distribuição precária acaba prejudicando a socialização das informações e do conhecimento, razão primeira da existência de uma revista" (8).

Quanto à delimitação desse universo, parece-nos que a lista do *Guia* é adequada, por sua atualidade e explicitação de critérios, e apesar das falhas reconhecidas ou das que venham a ser apontadas. Dentre a centena e meia de títulos listados, a seleção dos periódicos *correntes* constitui uma amostra quase satisfatória para eventual pesquisa futura de avaliação qualitativa, desde que a ela

se agreguem publicações seriadas como as *Teses em Educação* da ANPED, por exemplo. Por ora, limitar-nos-emos aos títulos indicados como “em andamento” pelo *Guia*.

PERIÓDICOS CORRENTES EM EDUCAÇÃO

A equipe do *Guia* relata que “a informação mais difícil de obter refere-se ao estado da coleção. Como é freqüente que a periodicidade anunciada não seja mantida com regularidade (em janeiro de 1992 chegavam às bibliotecas exemplares de periódicos recém-publicados com data de 1990), é quase impossível estabelecer com precisão se determinada coleção, da qual não se encontram exemplares recentes nas estantes, é corrente, ou seja, está em andamento ou não.(...) Em vista das dúvidas e imprecisões que persistem, apesar do contato com vários editores”, adotaram-se os seguintes critérios para indicar o estado da coleção:

“ - encerrada: coleções cujo último número encontrado é datado até dezembro de 1985, ou cujo encerramento tenha sido oficialmente/pessoalmente comunicado;

- sem informação: coleções a cujas equipes editoras não se teve acesso, e cujo último número encontrado traz data entre janeiro de 1986 e dezembro de 1988;

- em andamento: inclui tanto os periódicos efetivamente correntes, com números até de 1992 nas estantes, quanto os datados de 1989 em diante, sobre os quais ou não se obtiveram informações recentes, ou seus editores manifestaram a intenção de prosseguir a publicação, interrompida por dificuldades conjunturais” (Amado, 1992, p. 14).

O total de títulos em andamento (segundo o critério acima) é de 92, pouco mais da metade (58,5%) dos 157 arrolados no *Guia*. Segundo sua categoria e instituição editora, os periódicos em andamento distribuem-se da forma resumida no Quadro 1. (Ver no Anexo a lista dos respectivos títulos.)

Compreensivelmente, o setor público assegura a maioria das publicações terciárias (contendo dados brutos como estatísticas, legislação compilada etc.) e secundárias (bibliografias, sumários). Dos periódicos primários, que publicam informação original, um terço corresponde a publicações especializadas, seja em

determinadas disciplinas (ensino de Matemática, de Física etc.), seja em certa temática (Educação Especial, Educação Popular). Boa parte destes são publicados pelas respectivas associações profissionais/científicas. Os demais cobrem temáticas educacionais genéricas.

O exame da amostra também deve considerar a distribuição geográfica de produção dos periódicos, resumida no Quadro 2. À parte a produção do Distrito Federal (15 periódicos), evidencia-se uma enorme concentração no eixo Sudeste-Sul: quase metade em São Paulo, uma dezena no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul; e, além das treze unidades da federação onde periódicos não são editados, sete estados dispõem, cada um, de uma revista em andamento.

Quadro 1

Distribuição dos periódicos correntes segundo a categoria e natureza da instituição editora

CATEGORIA	N	%	EDITORA					
			Setor público			Setor privado		
			Adm.	IES	IES	COM	ONG	SC
Terciários	13	14,1	10		2	1		
Secundários	6	6,5	2	3	1	1		
Primários	73	79,4 (100,0)						
especializ.	24	(32,9)	3	4*	2	2	4	9
genéricos	49	(67,1)	5	18	6	7	4	9**
Total	92	100,0	20	25	10	11	8	18
%			21,7	26,0	10,9	12,0	8,7	19,6

Adm.= Ministério, secretarias de educação, agências governamentais

IES = Instituições de ensino superior; * incluindo a FGV no setor público

Com = Editoras comerciais, escolas particulares

ONG = Fundações e outras organizações não-governamentais

SC = Sociedades científicas; ** Incluindo associações docentes e similares (ANDES, APEOESP, CRUB etc.).

Quadro 2

Distribuição dos periódicos educacionais segundo a unidade da federação onde são editados

UF	TOTAL	CORRENTES	
		N	%
Brasil	157	92 (58,5% do total)	
São Paulo	66	43	46,7
Distrito Federal	24	15	16,3
Rio de Janeiro	23	9	9,8
Rio Gde. do Sul	18	10	10,8
Minas Gerais	5	3	3,3
Santa Catarina	5	3	3,3
Paraná	4	2	2,2
Bahia	2	1	1,1
Paraíba	2	0	-
Pernambuco	2	1	1,1
Piauí	2	1	1,1
Ceará	1	1	1,1
Goiás	1	1	1,1
Mato Grosso do Sul	1	1	1,1
Rio Gde. do Norte	1	1	1,1

Dada essa disparidade regional, ganham importância os periódicos produzidos em regiões distantes do eixo hegemônico, quase todos assegurados por universidades federais, e cuja avaliação deveria levar em conta a presença balanceada de produção local X produção "central" (9).

As universidades públicas (federais e estaduais) editam a maior proporção de periódicos correntes. Ao contrário do que se poderia esperar, porém, poucos periódicos são editados por programas de pós-graduação em Educação, que no entanto são responsáveis pela maior parte da produção científica da área. Além das duas publicações da ANPED, de periodicidade irregular, localizamos apenas dois periódicos em andamento nesse caso: dos mestrados em Educação da UERJ e da UFMS, lançados respectivamente em 1986 e 1990.

Comparando-se os periódicos em andamento aos demais (sem informação e encerrados), segundo a natureza das instituições editoras, o traço marcante é a descontinuidade das publicações editadas por órgãos governamentais: são freqüentes os casos de periódicos editados por equipes de secretarias estaduais (ou, em alguns casos, municipais) de educação que duram apenas o curto período de gestão da equipe no governo. Além disso, a esfera federal, embora responsável por periódicos tradicionais como a RBEP, é campeã em matéria de publicações descontínuas, dentre todos os tipos de instituições. E, também, parecem ressentir-se de continuidade as publicações de certas sociedades científicas ou associações docentes, cuja diretoria e sede física mudam periodicamente, provavelmente acarretando montagem de nova equipe, com perda da prática anterior adquirida, em detrimento da regularidade da publicação.

TIPOLOGIA DOS PERIÓDICOS CORRENTES

Para uma caracterização mais precisa dos periódicos educacionais correntes, sua mera distribuição segundo a categorização internacional (primários, secundários ou terciários) não é suficiente para dar conta da diversidade de abrangência de seus respectivos conteúdos. Após várias discussões, os autores do presente texto não chegaram a consenso sobre critérios para classificação, propondo aqui aproximações, tentativas que abriguem o que é mais relevante e, desse modo, atendam mais diretamente aos objetivos deste trabalho.

O levantamento feito para o *Guia* inclui desde revistas de caráter chamado científico até publicações que habitualmente relatam atividades e pareceres de Conselhos de Educação (*Acta* - CEE SP, *Documenta* - CFE). Estão arrolados, ainda, como periódicos de Educação, várias publicações como anuários, revistas especializadas em ensino de certas disciplinas, etc. Uma primeira análise sugere, portanto, que a relação de títulos é indicativa da enorme dispersão temática dos periódicos. Em realidade, a partir desse levantamento, é fato incontestado que o tema educação perpassa vários tipos de publicações e se manifesta sob diferentes enfoques (pedagógico propriamente dito, de interesse das distintas categorias profissionais a ele relacionado, de difusão das ações de secretarias e órgãos públicos ligados ao tema, etc.).

Do total de 92 periódicos em andamento ou correntes, propõe-se pois uma distinção inicial entre os que revelam claramente uma especialização em determinada área (catálogos, estatísticas, áreas temáticas ou disciplinas) ou aqueles que abordam genericamente as questões educacionais.

Estas duas grandes categorias - dos especializados e dos genéricos - foram divididas em subcategorias, como forma de facilitar o conhecimento mais detalhado de cada grupo. Os especializados apresentam esta condição seja em razão de um enfoque específico - caso de publicações de estatísticas, bibliografias, catálogos e legislação da Educação -, seja em função de um direcionamento para áreas temáticas ou disciplinas que integram o espectro educacional. Ainda nesta categoria foram incluídas as chamadas publicações dirigidas, voltadas a clientelas determinadas.

Os periódicos denominados genéricos são os que apresentam contribuições mais diversificadas sobre Educação, abordando os assuntos sob enfoque os mais distintos; em outras palavras, foram considerados "genéricos" os periódicos a cujas matérias publicadas, no conjunto da coleção, se podem atribuir apenas, ou principalmente, descritores amplos (como "política educacional" ou "sociologia da educação"). Também neste segundo bloco foi feita uma subcategorização, visando facilitar a compreensão do universo abrangido pelas publicações consideradas. Assim, este segundo grupo foi dividido em dois subgrupos: o das publicações amplamente conhecidas e o das que parecem centrar-se na divulgação da produção acadêmica de uma instituição.

A seguir, são analisadas essas subcategorias, referindo os periódicos nelas enquadrados e explicitando os critérios que fundamentaram a tipologia.

1. Periódicos especializados

a) De documentação

No esquema analítico traçado, este segmento caracteriza-se por apresentar periódicos especializados em determinado tipo de assunto recorrente e apresentam registro ordenado e sistematizado de informações. Via de regra, estas publicações são editadas por órgãos governamentais e sua circulação está restringida a determinados usuários preferenciais (bibliotecas, órgãos públicos, pesquisadores, etc.). A distribuição costuma ser gratuita ou com preços bem acessíveis e sua utilização é bastante intensiva nos locais onde se encontram. Foram assim considerados duas dezenas de títulos na relação dos 92 selecionados, o que corresponde a cerca de 22% desse universo. Neste item foram incluídos periódicos que abordam questões sobre bibliografia (6), estatísticas educacionais (9), legislação da educação (4).

b) Vinculados a áreas temáticas ou a disciplinas

Foram incluídas neste grupo publicações que exploram distintas áreas temáticas da Educação ou que direcionam suas análises sob determinado enfoque. Em geral, tais publicações estão vinculadas a entidades de estudo ou a associações profissionais específicas. Pode ocorrer também que o enfoque venha de outras áreas do conhecimento (Matemática, Física, Medicina etc.), as quais, assumindo enfoque educativo ou mesmo exclusivamente didático, acabam por criar forte vínculo temático com a Educação. Estas últimas publicações, inclusive, embora tenham circulação mais restrita, estão cada vez mais presentes nas áreas específicas. Neste subgrupo foram arroladas revistas relacionadas aos seguintes temas e/ou disciplinas: Administração da Educação (2), Avaliação da Educação (1), Educação Especial (5), Educação Física (2), Educação Popular (2), Ensino Técnico (1), Física (1), Informática na Educação (1), Leitura (1), Matemática (3), Medicina (1), Psicologia (2), Tecnologia Educacional (1), Ensino Superior (5). Perfazendo um total de 28, essas revistas equivalem a 30% do universo dos 92 periódicos examinados.

c) Publicações “dirigidas”

Este grupo, como o próprio nome sugere, tem como característica principal o destinatário (leitor) da publicação. Sua ênfase, portanto, está voltada para atender a peculiaridades dos distintos públicos que demandam revistas em Educação. As publicações apresentam em geral um caráter informativo e/ou promocional, segundo a natureza da instituição responsável pela edição. A linguagem e o formato da publicação visam sua maior acessibilidade ao público-alvo, como é o caso de *Escola Pública* (CENP/SEESP) e *Synthesis* (Paula Souza/UNESP-SP).

Em outra vertente, existe um grupo de revistas que se destina a editar a produção acadêmica gerada no interior da instituição. Via de regra, estas publicações são o único instrumento de que os autores dispõem para difundir sua produção. São publicadas por faculdades, centros, universidades, órgãos governamentais. São exemplos destas revistas as da Faculdade de Mafra (SC), da Universidade São Francisco (SP), ou da UFPe. Outras publicações, num nível de maior abrangência, trazem informações que interessam a um espectro muito amplo de professores e profissionais de Educação, contendo sugestões de leituras, orientações sobre desempenho didático-pedagógico e um sentido mais geral de educação permanente e profissional neste segmento foram arroladas revistas como *AMAE* e *Nova Escola*.

2. Periódicos genéricos

Nesta categoria estão relacionadas aquelas publicações que, independentemente do público destinatário e da natureza da instituição responsável (pública, privada, fundação, associação profissional), têm como objetivo difundir a produção de conhecimento em educação. Os assuntos são analisados sob enfoques os mais distintos; é raro encontrar-se um artigo ou estudo que não estabeleça uma relação direta com o fato educativo, seja em diferentes níveis de ensino, seja em relação a aspectos macro ou microestruturais ou, ainda, em aspectos relativos aos distintos atores envolvidos na atividade educacional (pais, alunos, professores) ou ao ambiente escolar.

A categorização destes periódicos foi determinada em função do alcance - mais amplo ou mais restrito - das publicações, uma vez que as características de ambas as subcategorias adotadas pouco as diferenciam. Ao adotar as subcategorias de periódicos "amplamente conhecidos" e de "divulgação acadêmica", pretende-se ressaltar, em seu interior, outros aspectos que têm a ver com a produção e a circulação de informações em Educação em todo o território nacional.

a) Publicações amplamente conhecidas

Os periódicos assim conceituados têm circulação nacional e, no geral, são conhecidos, direta ou indiretamente, por grande número de profissionais da área ou que com esta mantêm relação próxima.

Como fatores que corroboram e reforçam o caráter nacional destas publicações, mencionamos: (a) todas possuem corpo editorial ou comissão editorial, que seleciona as matérias a serem publicadas; (b) mantêm a regularidade, apesar das dificuldades; (c) em que pese a precariedade e as limitações da distribuição de livros e revistas num país com as dimensões do Brasil, a maioria são conhecidas nacionalmente, apresentam sistema de assinaturas anual ou semestral e, em certos casos, são vendidas em livrarias; e (d) dispõem de um corpo diversificado de colaboradores, quer quanto à sua localização institucional, quer no que se refere às suas respectivas especializações profissionais.

Nesta subcategoria foram incluídos os seguintes periódicos: *Cadernos de Pesquisa, Educação Brasileira, Educação e Realidade, Educação e Sociedade, Educação em Revista, Em Aberto, Revista ANDE, RBEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Revista de Educação AEC, e Teoria e Educação*, representando cerca de 11% dos 92 selecionados.

b) Publicações voltadas para a divulgação acadêmica

A característica básica desta subcategoria reside no aspecto institucional que dá suporte ao periódico. Via de regra, as instituições de caráter acadêmico em Educação estão caminhando no sentido de editar seus próprios periódicos. Assim, a publicação apresenta-se como órgão oficial de divulgação do pensamento gerado no interior de faculdade, instituto, centro, programa de pós-graduação ou associação.

Se, do ponto de vista temático, estas publicações aproximam-se das “amplamente conhecidas”, distinguem-se das mesmas do ponto de vista da circulação e facilidade de obtenção de exemplares. Foram arroladas as seguintes: *Boletim ANPED*, *Cadernos ANDES*, *Cadernos ANPEd*, *Cadernos CEDES*, *Cadernos de Filosofia e Educação*, *Cadernos do CEP*, *Didática*, *Educação (PUC-RS)*, *Educação (UFSM)*, *Educação e Compromisso*, *Educação em Debate*, *Educação em Questão*, *Educar*, *Estudos e Debates*, *Impulso*, *Interação*, *Noética*, *Paidéia*, *Perspectivas*, *Proposições*, *Revista da Faculdade de Educação (USP)*, *Temas de Educação*, totalizando 22 publicações, ou seja 24% do total dos periódicos correntes. Há tendência de expansão destas publicações, seu aumento começando a provocar inquietações que mencionaremos a seguir.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Em caráter ainda muito embrionário, como foi ressaltado inicialmente, esboçam-se algumas conclusões que, embora sujeitas a revisão e aprofundamento, podem colaborar para a Avaliação que se empreende.

1. São evidentes muitas imprecisões na classificação ora proposta e sua categorização tem o objetivo de levantar o problema da categorização de periódicos - que a nosso ver é bastante relevante, na medida em que as atualmente existentes deixam muitas interrogações, mesmo porque, adotadas por agências governamentais ou organismos internacionais, vão buscar sua inspiração principal nas chamadas ciências “duras”, deixando pouco espaço para a interdisciplinaridade e a diversidade típica da área da Educação.

2. Outra expectativa é a de que, da análise dos periódicos, possam ser extraídas lições sobre a pulverização e a fragmentação da circulação de conhecimentos. Sem dúvida a publicação educacional brasileira está em expansão, com aumento notável no número de periódicos em relação aos compilados em

1980. No entanto, embora uma parte dos títulos dirija-se a um público específico - com destaque, por exemplo, para a Educação Especial - a dispersão dos mesmos temas por várias dezenas de publicações "genéricas" (pouco mais da metade do total de periódicos correntes) certamente acarreta dificuldades para o leitor interessado manter-se atualizado ou localizar artigos sobre assunto específico.

3. A abrangência temática dos periódicos primários correntes, em particular, suscita uma reflexão sobre a desejabilidade/viabilidade de uma relativa especialização. Esta deve implicar, por um lado, maior intercâmbio entre as publicações; por outro, porém, é natural que os periódicos reflitam as subáreas de interesse dos centros em que são editados, os quais, freqüentemente, agrupam docentes/pesquisadores de interesses variados. Tal especialização, pois, parece remota, dependendo da especialização das instituições editoras(10).

4. A concentração regional dos periódicos insere-se numa questão mais ampla que envolve melhor distribuição de renda da população, maior acesso aos benefícios da educação e da cultura, maiores oportunidades culturais e econômicas para produção, distribuição e consumo de bens culturais como livros, revistas, jornais etc. A precariedade dos mecanismos de distribuição nacional e interregional da produção gerada no Sudeste tende a agravar outros problemas que a área de Educação já enfrenta em seu conjunto.

5. A análise das publicações de difusão da produção acadêmica revela certa tendência de se multiplicarem revistas voltadas para a divulgação da produção dos respectivos centros ou faculdades de Educação. A persistir esta tendência, poderemos estar caminhando para uma forte endogenia educacional, que deverá ser examinada no contexto da evolução do ensino superior em geral.

6. Uma relativa especialização dos periódicos por subáreas seria certamente desejável. Mais urgentes, porém, parecem ser as questões referentes aos meios para assegurar a regularidade - e até a sobrevivência - das publicações, assim como para incrementar sua divulgação e circulação.

SUGESTÕES

1. É necessário buscar critérios mais objetivos para classificar os periódicos de Educação editados no Brasil. O levantamento realizado para a REDUC é indicativo de que, aliadas às dificuldades naturais de classificar os periódicos que são ou não da área, uma vez que há inúmeros descritores que podem vincular uma revista a este tema, persistem imprecisões e dificuldades, originárias do grande leque abrigado sob o tema Educação. Esta complexidade está em expansão, se considerarmos que o número de revistas vem aumentando ao longo dos últimos anos. Das 92 revistas selecionadas para exame neste informe, 33,7% têm cinco anos ou menos de existência.

Nesse sentido, considera-se urgente a realização de pesquisa ampla, de abrangência nacional, para estabelecer uma lista autorizada de publicações educacionais, categorizando-as adequadamente, e estabelecendo dados concretos quanto a sua tiragem e distribuição. Insere-se aqui a necessidade de sugerir ao IBICT, INEP e outras instituições editoras de bibliografias ou resumos que explicitem - e, se possível, padronizem - seus critérios acerca do que seja um "periódico em Educação".

2. Por outro lado, a fraca divulgação dos periódicos, as lacunas no acervo e as dificuldades de aquisição por parte de bibliotecas e, nas respectivas instituições de pesquisa e ensino, o escasso interesse e hábito de consulta a periódicos parecem montar um círculo vicioso que põe em xeque o próprio esforço de produção.

Assim, cabe sugerir também a realização de um balanço do outro extremo do processo editorial: uma pesquisa, na verdade inseparável da acima proposta, sobre os acervos das bibliotecas dos setores educacionais de faculdades e outras relevantes para a área, inclusive com dados de leitura (consultas aos periódicos em Educação), abarcando também indicações em cursos, contagem de citações, etc.

3. É inquietante a quantidade de publicações que tendem a refletir mais as preocupações de seus produtores e de seu entorno (11), em detrimento de questões de maior abrangência e/ou profundidade. Cremos que este tema deverá ser acoplado às discussões sobre os destinos da pós-graduação e da pesquisa, uma vez que as revistas vocalizam sobremaneira o que se produz nesse ambiente.

4. A multiplicação de publicações de natureza acadêmica torna mais urgente e necessária a expansão de redes do tipo da REDUC, devendo-se dar preferência para as de caráter automatizado tipo RNP e a outras já existentes em demais partes do mundo. Atenção especial deverá ser dada às regiões Norte e Nordeste, bastante ausentes do circuito mais dinâmico de informações educacionais.

5. A existência de um grande número de revistas vinculadas a áreas temáticas ou a disciplinas indica que os cursos superiores de Educação devem abrir-se mais para estas áreas fronteiriças, num saudável exercício de interdisciplinaridade, propiciando, dessa maneira, uma fecundação mútua.

Considerações sobre financiamento

Em que pese a iniciativa pioneira das agências de fomento (CNPq, FINEP e INEP), que há alguns anos decidiram instituir o Programa de Apoio a Periódicos em Educação, na realidade esse programa contou apenas com poucos recursos alocados pelo INEP, também eles pulverizados. Só nos últimos três anos a FINEP passou a apoiar as publicações editadas pela ANPEd (*Cadernos e Boletim*).

Considerada importante por editores e pesquisadores, a proposta mereceu destaque no relatório elaborado pela Comissão de Avaliação da Política de Documentação e Informação Educacional do INEP (1988), ressaltando-se a importância de ser implantado o grupo de apoio a periódicos. Na oportunidade, o grupo de trabalho recomendou ainda que os critérios de apoio contemplassem um amplo espectro das publicações existentes, privilegiando-se tanto as de cunho acadêmico quanto as de divulgação geradas em distintas regiões. Sugeriu-se, ainda, apoio às que tivessem larga circulação, abordassem temáticas mais amplas dentro da área e mantivessem periodicidade regular.

Dificuldades financeiras daquelas agências, aliadas à instabilidade institucional do INEP, não possibilitaram a efetivação das propostas formuladas, em que pese o empenho de instituições como a ANDES, o CEDES e a Fundação Carlos Chagas, escolhidas pelos Editores das revistas da área para concretizar as propostas aprovadas nos encontros até então realizados e encarregadas de dar andamento ao programa de apoio a periódicos (cf. Encontro..., 1986).

Receamos que a situação de crise em que vive o país, associada ao elevado número de periódicos existentes, acabe por inviabilizar, a médio e longo prazos, a maioria deles por absoluta falta de recursos financeiros. Nesse sentido, poder-se-iam propor, entre outras, as sugestões que se seguem.

6. Retomar a proposta, já existente no INEP, de apoio a periódicos da área.

7. Estudar, junto aos programas de pós-graduação, centros e faculdades de Educação, formas mais adequadas de circulação das revistas existentes, seja através da fusão de algumas delas, que já estejam com dificuldades de manter a periodicidade, seja mediante a definição mais precisa de sua natureza e dos públicos-alvo que pretendem alcançar.

8. Buscar fontes alternativas de financiamento, cabendo lembrar neste caso as empresas vinculadas às áreas educacional e cultural, que teriam interesse em manter/promover sua imagem e complementar sua função social junto aos consumidores habituais.

NOTAS

(1). Litto (1985) discute minuciosamente a questão dos critérios para avaliação de periódicos científicos. Nas poucas avaliações encontradas, sobre periódicos nas áreas das ciências humanas, encontramos critérios de seleção da amostra. Por exemplo, com o objetivo de avaliar os periódicos científicos nacionais na área de Economia, Puerari e Pereira (1991) elaboraram uma lista "a partir de uma definição operacional" e a submeteram a 14 especialistas da área; consolidando essa lista a outras, consideradas autorizadas (como a da CAPES - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), e verificando a ocorrência dos títulos em "fontes secundárias de informação como bibliografias e índices", chegaram finalmente à seleção de 12 títulos para análise. Por seu lado, procedendo à avaliação das revistas tecno-científicas nacionais em todas as áreas do conhecimento, Valerio (1991) selecionou 17, dentre os 35 títulos que recebiam da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos na época, usando como critérios o "tempo de financiamento e a representatividade por área do conhecimento". Nesse caso, fica implícita a aceitação dos critérios prévios de seleção, por parte da agência, das revistas para receberem apoio.

(2) A Biblioteca da FCC, centro associado da REDUC e responsável pelo projeto do *Guia*, gentilmente cedeu as informações aqui utilizadas, pelo que agradecemos.

(3) As bibliotecas cujos acervos foram esquadrihados, a partir da indicação por especialistas da Fundação Carlos Chagas, foram as das seguintes instituições: CENP - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo; FCC - Fundação Carlos Chagas (BAMP - Biblioteca Ana Maria Poppovic, do Departamento de Pesquisas Educacionais); FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação; FE/USP - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Biblioteca Geral); e PUC-Pós - Biblioteca da Pós-Graduação da PUC-SP.

(4) O trabalho feito para o SIBE havia contado, nas coleções das revistas dentro do período analisado, o número de artigos versando sobre educação. Para determinar o grau de especialização do periódico, a equipe do *Guia* optou por verificar a *porcentagem* de artigos sobre Educação que cada um publicou, o que foi feito por amostragem (um em cada quatro números da coleção 1980-1991 disponível no local de consulta); a pertinência do conteúdo foi aferida pela atribuição de descritores.

O sistema de comunicação em ciência costuma ser dividido em três subsistemas (Litto, 1985, p.7): *primário*, das primeiras informações de resultados para o público (inclui teses, dissertações, relatórios, revistas especializadas etc.); *secundário*, de sistematização do primário: bibliografias, coleções de resumos, bases de dados; *terciário*, correspondendo ao fornecimento de informações úteis, sem análise: coleções de dados estatísticos, tabelas etc. A mesma classificação foi utilizada aqui para referir-se apenas aos periódicos.

(6) Por exemplo, o critério "tipo de publicação" não se aplica: dentre as publicações terciárias, o IBICT arrola a série do IBGE, acima mencionada, mas não as *Sinopses Estatísticas* do SEEC/MEC; dentre as secundárias, arrola apenas alguns boletins bibliográficos. O possível critério de incluir apenas "publicações científicas" também não pôde ser constatado: das duas revistas "irmãs" de divulgação para professores, editadas pela Abril (*Sala de aula* e *Escola Nova*), inclui apenas uma. Outros critérios (p.ex., tipo de instituição editora) também não se mostraram operacionais.

(7) Para uma revisão e discussão da Literatura a respeito, ver Litto (1985), esp. capítulos 1 a 4.

(8) Em seu III Encontro (1989), os editores de periódicos educacionais haviam proposto especialmente, ao INEP, a realização de uma pesquisa mercadológica sobre público leitor, abrangência, distribuição etc., até hoje não efetivada.

(9) Bom exemplo deste balanceamento, que sem dúvida mereceria avaliação positiva, é *Educação em Questão*, editada pelo setor de Educação da UFRN.

(10) Parece-nos que um processo de especialização dos programas de pós-graduação em Educação (como sugeriu Cunha, 1991) poderia favorecer processo semelhante nas respectivas revistas, embora ambos sejam igualmente remotos.

(11) Tal fenômeno, aliás, seria exclusivo à comunicação científica em Educação mas, precisamente, característico da comunicação científica como um todo. Litto (1985, p.13) reitera a suspeita de que "o sistema atual de comunicação [científica] é gerado principalmente por autores, e não para leitores...", citando um estudo da APA - American Psychological Association, revelador de que a metade dos trabalhos publicados nas principais revistas da área eram lidos por apenas 1% dos leitores

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Tina (coord.) **Guia de periódicos brasileiros em Educação**. São Paulo; FCC/REDUC, 1992. mimeo.

CIBEC - Centro de Informações Bibliográficas em Educação. **Lista dos periódicos indexados pelo Sistema Brasileiro de Bibliografia em Educação**. Brasília: CIBEC/MEC, 1991. mimeo.

CUNHA, Luiz Antônio. **Pós-graduação em Educação: no ponto de inflexão?** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.77, p.63-7, maio 1991

ENCONTRO BRASILEIRO DE REVISTAS DE EDUCAÇÃO, II. **Relatório final**. Campinas, 1986. mimeo.

ENCONTRO DE REVISTAS BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO, III, Belo horizonte, 1988. **Documento conclusivo do...** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.69, p.94-5, maio 1989.

IBICT - INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Departamento de Informática. **Periódicos brasileiros em Educação**. Brasília, 1991. mimeo.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS.
Thesaurus brasileiro de Educação: BRASED. Brasília, 1987.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Comissão de Avaliação da Política de Documentação e Informação Educacional. Relatório.** Boletim ANPED, Rio de Janeiro, v.10, n.4, out/dez.1988.

LITTO, Fredric M. **A avaliação de qualidade em revistas científicas.** São Paulo: ECA/USP, 1985. mimeo.

NERI, Lidia A., URBIZAGASTEGUI ALVARADO, Rubén. **Lista básica de publicações periódicas brasileiras na área da educação: um estudo bibliométrico para a nova fase da Bibliografia Brasileira de Educação - BBE.** Cadernos de Pesquisas, São Paulo, n.44, p.81-9, fev.1983.

PUERARI, Dely B.M., PEREIRA, M^a. Nazaré F. **Avaliação dos periódicos científicos nacionais na área da Economia.** Ciência e Cultura - Resumos SBPC, São Paulo, v.43, n.7 [supl.], p.547-8, jul.1991.

SUMÁRIOS DE EDUCAÇÃO [da CENP/SEESP], São Paulo, v.11, n.1/2, abr.1991.

SUMÁRIOS DE PERIÓDICOS EM EDUCAÇÃO [da FE/USP], São Paulo, v.5, n.51, jan/fev.1991.

SUMÁRIOS DE PERIÓDICOS: EDUCAÇÃO [da bibl.setor.de Educação/FE/ UFRGS; SIBE/MEC], Porto Alegre, v.6, n.1, jan/fev.1990.

VALÉRIO, Palmira M. **Avaliação do Programa Setorial de Publicações em C&T [da FINEP]: as revistas tecno-científicas.** Ciência e Cultura - Resumos SBPC, São Paulo, v.43, n.7 [supl.], p.549-50, jul.1991.

Anexo 1

LISTA E DISTRIBUIDORES DOS PERIÓDICOS EM ANDAMENTO SEGUNDO A CATEGORIA

Terciários	n = 13	TOTAL 92
<hr/>		
ACTA		
ANUÁRIO (PUC-RJ)		
ANUÁRIO (PUC-RS)		
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EDUCAÇÃO DO ESP		
DOCUMENTA		
DOCUMENTÁRIO DO ENSINO - EBSA		
LEGISLAÇÃO DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS		
SINOPSE DO ENSINO SUPERIOR PÓS-GRADUAÇÃO		
SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL		
SINOPSE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR		
SINOPSE ESTATÍSTICA DO ENSINO REGULAR DE 2º GRAU		
SINOPSE ESTATÍSTICA DO ENSINO SUPERIOR		
<hr/>		
Secundários	n = 6	
<hr/>		
BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO		
BOLETIM BIBLIOGRÁFICO CENP		
BOLETIM BIBLIOGRÁFICO SESC		
CADERNOS DE LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS		
SUMÁRIOS DE PERIÓDICOS: EDUCAÇÃO (UFRGS)		
SUMÁRIOS DE PERIÓDICOS EM EDUCAÇÃO (FE/USP)		
<hr/>		
Primários	n = 73	
<hr/>		
Especializados	n = 24	Genéricos n = 49
ACESSO (Informát.na Educ.)		AMAE EDUCANDO
ARQUIVO BRAS.DE PSICOLOGIA		CADERNOS DA ANDES
BOLETIM DA AEPq-ESP (Psicoped.)		CADERNOS ANPEd
BOLETIM SBEM-SP (Matemát.)		CADERNOS CEVEC

BOLETIM TÉCNICO DO SENAC
CADERNOS DE ADMINISTR. ESCOLAR
CADERNOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
CADERNOS DO CEAS (Educ. pop.)
CADERNOS DO CEM (Matemát.)
ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL
INTEGRAÇÃO (Educ. Especial)
JORNAL DA ALFABETIZADORA
LEITURA
MENSAGEM DA APAE (Educ. Especial)
PROPOSTA (Educ. Pop.)
REVISTA BRAS. ADMINSTR. DA EDUCAÇÃO
REVISTA BRAS. DE EDUCAÇÃO MÉDICA
REVISTA DA FUND. DE ESPORTE E TUR.
REVISTA DE ENSINO DE FÍSICA
REVISTA DO PROFESSOR DE MATEMÁT.
REVISTA INTEGRAÇÃO (Ed. Especial)
REVISTA PAULISTA DE ED. FÍSICA
TECNOLOGIA EDUCACIONAL
VIVÊNCIA (Educ. Especial)

CAD. DE FILOS. & EDUCAÇÃO
CADERNOS DE PESQUISA
CADERNOS DO CED
COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE
DIDÁTICA
DOIS PONTOS
EDUCAÇÃO (PUS-RS)
EDUCAÇÃO (UFMS)
EDUCAÇÃO BRASILEIRA
EDUCAÇÃO E COMPROMISSO
EDUCAÇÃO E REALIDADE
EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
EDUCAÇÃO EM DEBATE
EDUCAÇÃO EM QUESTÃO
EDUCAÇÃO EM REVISTA
EDUCAÇÃO URGENTE
EDUCAR
EM ABERTO
ESCOLA PÚBLICA
ESTUDOS E DEBATES
IDÉIAS
IMPULSO
INFORMÁTICO ANPEd
INICIAÇÃO
INTER-AÇÃO
JORNAL DA APEOESP
JORNAL DO GRUPO
JORNAL DO MANTENEDOR
JORNAL DO PROFESSOR
NOÉTICA
NOVA ESCOLA
PAIDÉIA
PERSPECTIVAS
PRO-POSIÇÕES
REVISTA ANDE
REV. BRAS. EST. PEDAGÓGICOS
REVISTA DA FE/USP
REV. DA UNIV. S. FRANCISCO
REVISTA DE EDUCAÇÃO AEC
REV. DE EDUCAÇÃO APEOESP
SIEEESP JORNAL

SYNTHESIS
TEMAS DE EDUCAÇÃO
TEORIA & EDUCAÇÃO
TÓPICOS EDUCACIONAIS